



# Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

## AUTÓGRAFO N 03/2018

Proposição : Projeto de Lei n 02/2018  
Autoria : Executivo  
Assunto : Regulamenta a concessão dos benefícios eventuais da política pública da assistência social previstos no artigo 22 da Lei Orgânica da Assistência Social, Lei Federal n 8.742/1993, alterada pela Lei Federal n 12.435/2011 e dá outras providências.

1

A Câmara Municipal de Guar, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais;

### APROVA:

Art. 1. Os benefícios eventuais constituem provisões de caráter suplementar e temporário, que integram organicamente as garantias do Sistema nico de Assistência Social - SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais humanos e deverão ser prestados aos cidadãos e às famílias em virtude do nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública.

Art. 2. Os benefícios eventuais, assegurados pelo art. 22, parágrafos 1 e 2, da Lei Federal n 8.742 de 07 de dezembro de 1993, alterada pela Lei Federal n 12.435, de 06 de julho de 2011, serão concedidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social ou congnere.

Art. 3. A oferta dos benefícios eventuais poderá ocorrer mediante apresentação de demandas por parte de indivíduos e ou familiares em situação de vulnerabilidade ou por identificação dessas situações no atendimento dos usuários dos serviços socioassistenciais e do acompanhamento sócio familiar no âmbito da Proteção Social Básica - PSB e Proteção Social Especial - PSE.

Parágrafo nico: O acesso aos benefícios eventuais  direito do cidadão e deverá ser concedido com respeito à dignidade dos indivíduos que deles necessitarem, ficando vedadas quaisquer constrangimentos ou comprovações complexas e vexatórias de pobreza.

Art. 4. Os benefícios eventuais se destinarão aos cidadãos e às famílias, residentes no Município de Guar, impossibilitados de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, da unidade familiar e a sobrevivência de seus membros.

Art. 5. São formas de benefícios eventuais:

- a) Auxílio Natalidade;
- b) Auxílio Funeral;
- c) Auxílio para Situações de Vulnerabilidade Temporária;
- d) Auxílio em Situações de Calamidade Pública.



# Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

Art. 6. Os benefícios eventuais previsto nesta lei limitar-se- às famílias cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 do slrio mínimo nacional, seguido de avaliao técnica do profissional da Secretaria Municipal de Assistência Social responsável pela concessão dos benefícios eventuais, observando ainda a necessidade de insero dos beneficiários nos serviços socioassistenciais.

Parágrafo nico: Os benefícios eventuais previstos nesta Lei poderão ser concedidos cumulativamente mediante criteriosa avaliao do profissional responsável, análise e aprovao do Gestor Municipal da Política de Assistência Social.

Art. 7 O Auxílio Natalidade são será concedido aos cidadãos residentes no Município de Guar há mais de 01 (um) ano.

Parágrafo nica: A comprovao da residência se dará por meio de contrato de aluguel, inscrio no Cadastro nico do Município de Guar, cartão SUS, tarifas sociais, prontuário SUAS, prontuário SUS ou matricla escolar.

Art. 8. O Auxílio Natalidade será repassado na forma de concessão de enxoval para o recém-nascido, respeitando a disponibilidade orçamentária do município.

 1. O enxoval para o recém-nascido inclui itens de vestuário, utensílios para alimentao e de higiene, observada a qualidade que garanta a dignidade e o respeito  família beneficiária, a ser concedido no prazo de até 60 dias após o requerimento devidamente instruido.

 2. O Auxílio Natalidade poderá ser requerido a partir do oitavo mês de gestao e até trinta dias após o nascimento da criança.

 3. O requerimento do Auxílio Natalidade, acompanhado do cartão de pré-natal da gestante ou da certidão do nascimento do recém-nascido, de documentao que comprove a renda do grupo familiar e tempo de moradia no município, deverá ser apresentado na Secretária Municipal de Assistência Social ou Congnere.

Art. 9. O Auxílio Natalidade é destinado a reduzir a vulnerabilidade provocada pelo nascimento de membro da família e, preferencialmente, se prestar aos seguintes aspectos:

- a) Necessidades do nascituro;
- b) Apoio  família no caso da morte da mãe.

Art. 10. O Auxílio Funeral se constituirá na prestao de serviço garantindo urna funerária, velório, sepultamento e traslado de até 500 km para reduzir a vulnerabilidade provocada por morte de membros da família.

 1. A Municipalidade garantir a concessão de uso de jazigo em casos onde haja comprovao de que a família não possua outro espaço;

 2. O jazigo concedido será de uso temporário e não individual;

 3. Após o período recomendado pelas leis sanitárias, a Municipalidade poderá remover os restos mortais para um ossrio.



# Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

Art. 11. Os Auxílios Natalidade e Funeral serão devidos à família em número igual ao das ocorrências dessas situações.

Art. 12. O Auxílio para Situação de Vulnerabilidade Temporária será concedido quando do advento de riscos, de perdas e de danos à integridade pessoal, familiar, originários da falta de acesso a condições e meios para suprir a reprodução social cotidiana do solicitante e/ou de sua família, assim entendidos:

- a) Riscos: ameaça de srios padecimentos;
- b) Perdas: privação de bens e de segurança material;
- c) Danos: agravos sociais e ofensa.

Parágrafo nico: Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

I - Da falta de:

- a) acesso a condições e meios para suprir a reprodução social cotidiana do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação;
- b) documentação;
- c) domicílio.

II - Da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;

III - Da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;

IV - De desastres e de calamidade pública;

V - De outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

Art. 13. São consideradas provisões, compatíveis com os benefícios eventuais, as necessidades detectadas que exijam providências do Poder Público, observadas as normativas da Política de Assistência Social conforme descrição abaixo:

 1. Alimentação, consiste no fornecimento de cesta básica, observando a disponibilidade orçamentária a ser concedida em caráter emergencial por um período de até 6 (seis) meses, mediante prévio e favorável parecer técnico de profissional da Secretaria Municipal de Assistência Social e se destinará a suprir faltas advindas da impossibilidade de o indivíduo arcar com a sua subsistência ou de sua família, caracterizando-se num suporte para reconstruir sua autonomia num momento de vulnerabilidade e de risco social.

A cesta básica deverá dispor de itens de alimentação necessários ao sustento do grupo familiar bem como itens de higiene pessoal e ambiental.

 2. Passagens rodoviárias intermunicipais no Estado de São Paulo e interestadual, num raio de até 300 quilmetros, comprovada a necessidade do usuário, observando as linhas disponibilizadas pelas empresas operadoras do serviço no Município de Guar;

 3. Domicílio, mediante pagamento de auxílio moradia, em caráter excepcional, para famílias em acompanhamento nos serviços socioassistnciais e mediante análise e aprovação do Gestor Municipal da Política



# Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

de Assistência Social, no valor de até 1/4 slrio mínimo nacional por até 3 (três) meses:

I - A prorrogao por igual período poderá ocorrer nos casos de situao previstas nos incisos II a V, do artigo anterior, mediante avaliao e parecer técnico de profissional da Secretaria de Municipal Assistência Social e aprovao do Gestor Municipal dessa política;

II - Nos casos de situao de risco de moradia haverá necessidade de parecer técnico de profissional da Secretaria de Obras e Serviços Municipais, responsável pelos serviços de engenharia.

 4. Hospedagem, em caráter emergencial para pessoas ou grupo familiar que se encontram em situao de risco, decorrente de violência prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, da Lei Maria da Penha e do Estatuto do Idoso;

 5. Documentos, mediante fornecimento mensal de transporte da frota municipal, em datas pr agendas para o Poupa Tempo da região;

 6. Foto, concessão de fotos 3 x 4 para documentos.

Art. 14. O Auxílio em Situao de Calamidade Pública deverá assegurar a sobrevivência e a reconstruo da autonomia da família, nos termos do  2, do art. 22, da Lei Federal n 8.742/1993, alterado pela Lei Federal n 12.435/2011.

Pargrafonico: Entende-se por estado de calamidade pública o reconhecimento pelo Poder Público de situao anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamento, incêndios, epidemias, causando srios danos à comunidade afetada, inclusive  segurança ou à vida de seus integrantes.

Art. 15. Na situao de calamidade pública será concedido auxílio moradia no valor de até 1/4 de slrio mínimo nacional, por até 3 (três) meses, podendo ser prorrogado por igual período mediante avaliao técnica do profissional da Secretaria de Assistência Social, análise e aprovao do Gestor dessa política.

Pargrafonico: Caberá a Secretaria Municipal responsável pelos serviços de engenharia a avaliao técnica das situao de risco das moradias e a necessidade da interdio das mesmas.

Art. 16. O requerimento dos benefícios eventuais se fará em formulário próprio aprovado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, anexo a esta Lei.

Art. 17. Caberá ao órgão gestor da política de assistência social do Município a coordenao, a operacionalizao, direta e/ou indireta, o acompanhamento e a avaliao da prestao de contas dos benefícios eventuais.

Art. 18. Caberá  Secretaria Municipal de Finanças ou congnere, juntamente com o órgão gestor da assistência social, definir procedimentos administrativos simplificados para os repasses dos benefícios eventuais em pecúnia.



# Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

Art. 19. Os benefícios eventuais destinam-se ao atendimento de situaes de vulnerabilidade pertinentes à Política de Assistência Social, sendo vedadas as provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação, integração nacional e das demais políticas setoriais, uma vez que não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social.

Art. 20. O beneficiário deverá, no ato do recebimento do benefício eventual, assinar o competente recibo.

Art. 21. Caberá ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS a avaliação e, bem assim, a fiscalização da execução dos benefícios eventuais e, se necessário, a sua reformulação.

Art. 22. As despesas decorrentes desta lei, ocorrerão por conta de dotação orçamentária própria e cofinanciamento do Estado, previstas na unidade orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social, a cada exercício financeiro.

Art. 23. O Poder Executivo, no que couber, regulamentar a presente lei através de Decreto.

Art. 24. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Guar/SP, 03 de abril de 2018.

Fabiana Junqueira Seribeli  
Presidente

Regina Rodrigues Coelho  
1<sup>a</sup> Secretária

Abílio Mateus Borges  
2<sup>o</sup> Secretário